

## CINCO ANOS APÓS A EXTINÇÃO DAS VITÓRIAS EM PETRÓPOLIS/RJ, OU QUANDO O TURISMO CULTURAL PERDE PELA FALTA DE CRIATIVIDADE

Patrícia Ferreira de Souza Lima<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo reflete sobre o contexto sociocultural da cidade imperial de Petrópolis/RJ, quando se completam cinco anos da consulta pública que decidiu pela extinção do transporte turístico em vitórias, guiadas por dois cavalos, pelas ruas do Centro Histórico. Em Petrópolis, há muito moradores ou o comércio local não se utiliza das charretes. Após a reforma da Praça da Liberdade, em 2014, a oferta dos “bodinhos” para crianças não foi revitalizada, mas as vitórias ainda ressentem a “paisagem turística romântica” (GASTAL, 2013) idealizada para o perímetro do tombamento urbano-paisagístico a partir da avenida Koeler (IPHAN, 1964). A decisão pela proibição desta estratégia de marketing turístico foi tomada inusitadamente por um plebiscito aos moradores, junto às regulares eleições nacionais de 2018, sobre a manutenção – voto na urna digital do TRE pelo n.1, ou não, pelo n. 2 -, do uso de tração animal nos passeios turísticos no município. Cinco anos passados não são uma comemoração na cidade, ainda nos atropelamos com a ausência deste atrativo turístico, continuado pelo já existente trenzinho colorido. Não só o cenário turístico é impactado por não ter nenhum atrativo como meio de transporte que substituísse a visita ao percurso como carruagens elétricas ou tuk tuks, ou outro marketing criativo; nem mesmo pelo registro que preservasse a memória da Petrópolis que teve carruagens desde sempre, como se de um dia para outro tudo mudasse o cotidiano, e as famílias que estão neste ofício há gerações apagadas da identidade coletiva; quanto mais pela falta de indenização prevista aos treze condutores que perderam seu sustento estando envolvidos desde criança e com alto custo da manutenção deste tipo de empreendimento. O problema que se apresenta é que este costume de meios de transporte de tração animal se referem à cidade histórica das carruagens da realeza, mas que os conflitos entre os grupos envolvidos ainda não foram apaziguados, quiçá resolvidos de forma equivocada por uma consulta pública a não usuários do transporte. Apesar de defendermos sim a extinção de tração animal pela lógica do turismo sustentável (ULHÔA, 2011), o objetivo deste artigo é levantar reflexões de estudo de caso para que aconteça o processo de forma mais inclusiva e efetiva. A metodologia da pesquisa foi estabelecer um recorte cronológico de cinco anos para levantamento abrangente do estado da tração animal turística no Brasil, como se dá e quais as diferentes formas de tomada da decisão, além de especificamente, entrevistar os agentes históricos envolvidos desde então na questão em Petrópolis. Ambos recursos científicos com a expressa intenção de justificar o porquê deste Fórum ser o local para esta reflexão e não mais de forma isolada nos diversos Conselhos Municipais de Turismo, já que as implicações práticas da extinção da tração animal necessária, perpassam a ética animal no Turismo (CORBARI, 2022) e devem respeitar os condutores, prever o destino adequado para os cavalos, e outras medidas de forma mais criativa em prol do transporte turístico como prática mercadológica (GASTAL, 2002; ULHÔA, 2011).

**Palavras-chave:** consulta pública; ética animal; transporte turístico.

### INTRODUÇÃO

Vamos, não tenha medo, suba.  
Acomode-se e descubra  
Todo o charme de um passeio  
Ao embalo do tropel  
De um elegante corcel.  
Bem, não tão garboso como outrora,  
Mesmo porque, agora,  
Já nem o caminho é o mesmo.

<sup>1</sup> Doutora em História Social pela UFRJ (2006). Professora EBTT do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ) UnEd Petrópolis. E-mail: patricia.lima@cefet-rj.br

Mas feche os olhos e sonhe,  
Imagine-se por encanto  
Dirigindo-se a um recanto  
Com camélias e um chalé.  
À varanda o esperam,  
Mucamas, lindas donzelas,  
E bolinhos com café.  
*Vera Abad*

O tempo passa, o tempo voa e a transformação dos meios de transporte revela uma sociedade ansiosa e antagônica para chegar mais rápido ao destino, ou turisticamente saudosa dos tempos das carruagens da realeza. Este artigo reflete sobre o contexto sociocultural da cidade imperial de Petrópolis/RJ, quando se completam cinco anos da consulta pública que decidiu pela extinção do transporte turístico em vitórias, guiadas por dois cavalos, pelas ruas do Centro Histórico, percorrendo, especialmente, o circuito do Museu Imperial, Catedral São Pedro de Alcântara, Casa da Princesa Isabel, Palácio de Cristal, Fábrica Bohemia, Praça da Liberdade, Museu Casa de Santos-Dumont, Avenida Koeler e o Palácio Rio Negro, incluindo outros palacetes conhecidos por seus moradores, pousadas, cenários de mais de uma novela e filmes documentários.

As vitórias, até então usadas como transporte turístico em Petrópolis/RJ, são um modelo de carruagem surgido na Inglaterra em meados do século XIX, exatamente quando a cidade de Pedro estava sendo planejada como de veraneio da Corte imperial brasileira na serra fluminense. Seu nome lembra, portanto, o tempo de reinado da rainha inglesa Vitória, tempo vitoriano que nomeou diversas tradições de moda no mundo. Hoje, temos um exemplar desta carruagem em exposição permanente no Museu Imperial, junto à berlinda de aparato imperial usada pela família de dom Pedro II em ocasiões especiais, encomenda que chegou ao país em 1837, durante o período da regência, apelidada de Carro Cor de Cana ou Monte de Prata, e que participa, por exemplo, da solenidade de proclamação da maioria do monarca (ZANATTA, 2013, p. 25), associando o transporte à simbologia que guarda nas cores verde e amarelo de identidade nacional (ZANATTA, 2013, p. 41). O exemplar da vitória, ao lado da berlinda, a faz ser mais ordinária, contudo, as carruagens de cavalos são habituais no cotidiano de Petrópolis até o plesbicito de 2018.

Este foi o principal argumento da defesa pró-condutores de vitórias turísticas na cidade, e o conflito dos pares, turismólogos, historiadores, servidores públicos, associações de proteção animal e os próprios condutores serão abordados no desenvolvimento dos resultados e discussões dos dados levantados na pesquisa que resulta neste artigo científico, que de pronto se justifica em revisitar o processo em Petrópolis, aproveitando o



marco temporal de cinco anos, pois ainda não se resolveu pela substituição das vitórias por meio de transporte turístico mais criativo e sustentável que retorne valor turístico além dos museus; nem pela indenização dos condutores, ou nem pela preservação ou registro da memória de 175 anos de charretes pelas vias urbanas, como um processo exemplar de como se pode hoje conjugar o turismo cultural que deve valorizar antes de tudo o bem-estar dos moradores (GASTAL, 2002), mas também a ética animal no turismo (CORBARI, 2022).

FIGURA 01 – Vitória, carruagem em exposição permanente no Museu Imperial (Petrópolis/RJ)



Fonte: arquivo pessoal deste pesquisador (2023)

Figura 02 – Av. XV de Novembro, atual rua do Imperador (Petrópolis/RJ) – charrete para turismo



Fonte: acervo do Museu Imperial (s/d)

A despeito do registro de charretes turísticas em cidades da Europa e das Américas, a pesquisa realizada em jornais brasileiros de cidades no mesmo dilema de primeiro proibir a circulação de uso cotidiano de tração animal na zona urbana, e depois substituir a turística por outro meio de transporte, evidencia que temos que discutir mais amplamente esta questão nos fóruns de debate no Turismo. Na Ilha de Paquetá/RJ, a proibição da utilização de veículos de tração animal se aplica por lei a quaisquer veículos de tração animal como carroças, charretes e meios de transporte similares, mesmo quando utilizados para uso próprio, a partir de coerção da comissão de proteção dos direitos dos animais da OAB-RJ. As charretes foram logo substituídas por carrinhos elétricos, apesar da pressão contrária (MENASCE, 2016). Ao contrário, em Petrópolis/RJ, há muito moradores ou o comércio local não se utiliza das charretes. Após a reforma da Praça da Liberdade, em 2014, a oferta dos “bodinhos” para crianças não foi revitalizada, mas as vitórias ainda ressentem a “paisagem turística romântica” (GASTAL, 2013) idealizada para o perímetro do tombamento urbano-paisagístico a partir da avenida Koeler (IPHAN, 1964). Tanto um caso, como o outro



levantam vários tipos de argumentos, e aqui vamos focar nas questões que envolvem estritamente a prática do turismo, levando em conta que os impactos sociais da prática turística são originários das relações estabelecidas entre os visitados e visitantes (MILITO, 2019). Portanto, deve-se sempre refletir e antecipar mecanismos inclusivos em tudo que se decida quanto a auferir valor cultural e comercial, para que ambos tenham participação nas decisões.

Figura 03 – Carruagem de cabritos “bodinhos” para crianças na Praça da Liberdade (Petrópolis/RJ)



Fonte: arquivo familiar deste pesquisador (1977)

Figura 04 – Charrete turística em Viena (2023)



Fonte: acervo pessoal da pesquisadora Vera Abad

Provável que a tensão social que resultou na extinção das vitórias em Petrópolis tenha sido evidenciada a partir da condenação de um dos charreteiros a oito anos de pena em regime semiaberto por maus tratos a um animal que desmaiou na rua (SOARES, 2014). Não foi um acidente isolado, outros condutores haviam sido suspensos da função, e a Prefeitura, à época, se organizou por ter um projeto de bem-estar animal, semelhante a outros municípios, que cuidou de implantar microchips nos cavalos, recolhê-los em abrigo comum, dar vitaminas e cobrar maior rigor nos cuidados (PMP, 2014 e PORTUGAL, 2023). Cursos gratuito e direcionados sobre guiamento, história local e cuidados veterinários foram também oferecidos para a formação de base do “charreteiro sangue bom”. O que estava em jogo era a marca identitária turística da cidade imperial, que se cobrasse caro pelo passeio de vitórias, mas que fosse um receptivo de qualidade. Referimos aqui, novamente,

ao conceito de “paisagem romântica” de Gastal (2013), pois trata-se de uma prática exclusivamente com fins comerciais turísticos, numa cidade histórica imperial, na grade do lado de fora do museu que expõe a coroa, manto e cetro nacionais, compondo cenário de acolhimento aos visitantes, que acabaram de conhecer a berlinda de aparato brasileira.

Por sua vez, a situação não sanou o inconformismo daqueles contrários à tração animal em si. Assim, a decisão pela proibição desta estratégia de marketing turístico foi tomada inusitadamente por um plebiscito aos moradores, junto às regulares eleições nacionais de 2018, sobre a manutenção – voto na urna digital do Tribunal Regional Eleitoral pelo n. 1, ou não, pelo n. 2 - do uso de tração animal nos passeios turísticos realizados pelas charretes no município de Petrópolis (TRE, 2018). Segundo a homologação do Tribunal Superior Eleitoral (2019), o resultado do plebiscito aprovou a rejeição do uso de tração animal nos passeios turísticos por meio de charretes no município de Petrópolis/RJ, sendo que dos 243.478 eleitores aptos a votar, 184.668 (75,85%) compareceram à votação, tendo sido registrados 117.113 (68,57%) votos a favor, 53.668 (31,43%) contra, 8.155 (4,42%) votos em branco e 5.732 (3,10%) nulos. Pelas regras acordadas com relação à lei orgânica municipal, a rejeição foi consentida pela maioria dos eleitores (TSE, 2019).

Cinco anos passados não são uma comemoração na cidade, ainda nos atropelamos com a ausência deste atrativo turístico, continuado pelo já existente trenzinho colorido. Não só o cenário turístico é impactado por não ter nenhum atrativo como meio de transporte que substituísse a visita ao percurso como carruagens elétricas ou tuk tuks, ou outro marketing criativo; nem mesmo pelo registro que preservasse a memória da Petrópolis que teve carruagens desde sempre, como se de um dia para outro tudo mudasse o cotidiano, e as famílias que estão neste ofício há gerações apagadas da identidade coletiva; quanto mais pela falta de indenização prevista aos treze condutores que perderam seu sustento estando envolvidos desde criança e com alto custo da manutenção deste tipo de trabalho.

O problema/hipótese que se apresenta é que este costume de meios de transporte de tração animal se referem à cidade histórica das carruagens da realeza, mas que os conflitos entre os grupos envolvidos ainda não foram apaziguados, quiçá resolvidos de forma equivocada por uma consulta pública a não usuários do transporte (SOU PETRÓPOLIS, 2018). Então, compreende-se que se trata de um município que usufrui do turismo cultural permanente pelo tombamento urbano-paisagístico, culminante com o turismo de eventos da Bauernfest, festividade do principal grupo de imigração, os germânicos, pois as charretes enfeitadas sempre abrilhantavam com charme os desfiles de

abertura e fechamento da festa, simulando um cotidiano da cidade em meados do século XIX.

Quanto aos objetivos da pesquisa realizada, foram estabelecer um recorte cronológico de cinco anos para levantamento do estado da tração animal turística no Brasil e entrevistar os atores envolvidos desde então na questão colocada em Petrópolis especificamente, com a expressa intenção de justificar o porquê este Fórum Internacional ser o local para esta reflexão e não mais de forma isolada nos diversos Conselhos Municipais de Turismo, já que as implicações práticas da extinção da tração animal necessária, perpassam a ética animal no Turismo (CORBARI, 2022) e devem respeitar os condutores, prever destino adequado para os cavalos, e substituição mais inclusiva dos moradores diretamente envolvidos, embora igualmente criativa em prol da sustentabilidade desta prática mercadológica (GASTAL, 2022; ULHÔA, 2011).

## REFERENCIAL TEÓRICO

Sabe-se que a hospitalidade da população residente é comercialmente necessária à prática turística, sendo principal ponto nos estudos de propagação de imagem dos destinos turísticos (MILITO, 2019, p. 5). Portanto, perseguimos neste artigo o ideal da vivência da cultura local viva enquanto insumo turístico, aquela ativamente praticada pela comunidade em seu cotidiano, apresentada e discutida pela Gastal (2002), que não é um espetáculo, que convida os que se aproximam de outros lugares a juntos dançar no palco, e vier outros tempos, guarda naturalmente em si alguns conflitos sociais. De acordo com Milito (2019, p. 11-12), “entender o fenômeno turístico frente às outras áreas do saber”, nos levaria a considerar que a conexão física e social entre visitantes e habitantes da cidade, entre espaço e tempo social como ótica, representam em si categorias que permitem uma abordagem diversa do turismo.

Embora Petrópolis seja uma exemplar cidade para se estudar a consonância entre moradores e visitantes, tem-se na filosofia da História que o presente e o futuro são campos de ação orientados de forma individualizada pelo passado enquanto experiência (RÜSEN, 2009), o que quer dizer que qualquer indivíduo produz ou elabora reflexões que constroem história, que são capazes de ler e produzir sentido no tempo vivenciado, e nem sempre são



harmônicas ou unívocas de acordo com o tempo ou com as prementes necessidade de práticas mais sustentáveis e criativas.

O turismo vem desempenhando um papel central na economia petropolitana, não só por ser atividade de lazer, mas especialmente por proporcionar a transmissão e reconhecimento de valores culturais nos lugares visitados. O turismo cultural tem como maior objetivo explorar a cultura de certa região para que os visitantes conheçam as produções locais de arte, comida, idioma, religião, cinema, arquitetura, história, idioma, festividades, experimentando, muitas vezes pela alteridade costumes que não são comuns em seu local de origem. Desse modo, o turismo cultural gera benefícios imateriais pela criação de vínculos entre diferentes culturas e preservação do patrimônio cultural e artístico, mas também materiais, pela na geração de empregos em setores hoteleiros, agências de viagens, alimento e bebidas, comércio local em geral, transporte e passeios temáticos. O turismo cultural é pautado pela ação de visitação e conhecimento do patrimônio cultural possui um sentido educativo, pois é uma mediadora no processo de socialização e apropriação dos bens humanos materializados nos patrimônios, que são os atrativos das cidades turísticas (MELO, 2015).

Os saberes vindos da comunidade atendida também são considerados, especialmente pela perspectiva de pesquisa que traduz a História Pública, aquela que faz com o outro, buscando-se não estabelecer a superioridade do saber científico em relação aos dos sujeitos atendidos, cujas memórias e interpretações do patrimônio cultural destas coletividades devem se inscrever no horizonte de uma história pública, pretendida pela proposta do projeto de extensão, objeto e motivo deste artigo. Embora o clímax do processo seja a interação com o público alvo e, assim, a extensão dos saberes construídos para além da comunidade acadêmica, o ensino e a pesquisa dão suporte à ação extensionista, enquanto também se beneficiam dela, e assim foi elaborada, apresentada e desenvolvida a proposta do projeto de pesquisa que gerou este artigo.

Além de Rüsen (2009), trazemos também Michael Frisch (2016), cuja “autoridade compartilhada” entre historiadores e indivíduos da sociedade produzem juntos um saber-cidade, responsável em identificar e mapear as relações de saber e poder presentes na construção de análises sobre o passado, presente e futuro da cidade. Caberá à seção de discussões e resultados deste artigo para compreender esta abordagem, de forma sistemática e abrangente. Nossa motivação em realizar esta pesquisa é para mostrar que a História é pública, como em Mauad (2016) no sentido que deve ser construída com as

comunidades, a partir da leitura de patrimônio deles, e, ao mesmo tempo publicizada, contada e apresentada para amplo público e não apenas para acadêmicos, pesquisadores afins.

A História Pública, portanto, trata de ser uma plataforma de vivências em diálogo, que conjuga conhecimento e prática, pois é um campo de saber, mas também conjuga metodologia ativa correspondente. Ao colaborar para a reflexão da comunidade sobre sua própria história, sobre a relação entre passado e presente viva na vida urbana, privilegia-se uma compreensão atenta às mudanças, tensões e continuidades nos processos sociais, que valorize a organização e mediação de conhecimentos locais ao estimular a consciência histórica para um público amplo, não acadêmico.

## **METODOLOGIA**

O método utilizado para a realização desta investigação em torno do processo de extinção de um transporte turístico através de consulta popular, que guardava significado cultural local cujos grupos de poder ainda disputam em torno da decisão, revela a necessidade de um enfoque metodológico sistêmico, que dê conta para além de Petrópolis.

Para isto, deve ficar claro que se trata, antes de tudo, de um estudo de caso, privilegiado pela observação participante, com coleta e análise de dados locais e informações de dentro destes círculos sociais, já que vivenciamos o cotidiano desta mudança no Centro Histórico, de forma crítica, presente em palestras do Conselho Municipal de Turismo ou do Instituto Histórico de Petrópolis, e nas mobilizações à época das eleições. Além de levar para sala de aula, de forma reflexiva, em grupos de trabalho, a questão quanto a Gestão de Turismo.

Enquanto estudo de caso, como o marco de cinco anos se configura neste ano de 2023, resolvemos também retomar contato com os grupos que se apresentaram para defender a questão em finais de 2018. Este passo metodológico o mais interessante para alinhar cientificamente a proposta teórica apresentada acima a partir da perspectiva não só do turismo cultural, mas pelo olhar da História Pública em tudo que resente conflitos sociais por patrimônios públicos.

Contudo, além de Petrópolis, precisou-se compreender o estado da arte da extinção gradual de tração animal no Brasil, com foco naquela atividade diretamente ligada à prática turística, com o auxílio do uso das técnicas de pesquisa de hemeroteca digital disponível

na internet, e avaliação bibliométrica do que foi produzido no Fórum Internacional de Turismo do Iguassu, ambos nestes últimos cinco anos.

O recorte cronológico desta pesquisa, apresentado acima, foi proposto em função do marco de cinco anos entre o plebiscito de 2018 e hoje. Respeitando este intervalo, uma pesquisa aleatória foi realizada atrás de notícias as mais recentes sobre processos semelhantes aos de Petrópolis, na tentativa de se mensurar o quanto este estudo de caso seria ou não exemplar nacionalmente. Portanto, a partir da busca por palavras-chave como tração animal, carruagens, transporte turístico, cavalos, conseguimos reunir um número de manchetes que nos chama logo a atenção para outras cidades ainda que têm o cavalo como meio de locomoção cotidiano, e também cidades que tentam, da mesma forma que Petrópolis, extinguir este meio de locomoção. Algumas cidades nos chamaram mais atenção, em termos de comparação produtiva com relação ao estudo de caso, como Esteio, no Rio Grande do Sul, o que nos levou a outros recursos de busca para desenvolvimento na seção de resultados e discussão deste artigo.

Em cada área técnica, temos fóruns de debates apropriados para promover reflexões construtivas acadêmicas sobre um determinado assunto ou tema, que tenham por objetivo não apenas a disseminação dos conhecimentos existentes sobre temas relevantes destacados pela equipe organizadora, mas com a intenção profissional de compartilhar experiências e estimular a integração entre pessoas, áreas e regiões. De forma organizada metodologicamente, acessamos os cinco últimos anais deste Fórum Internacional de Turismo do Iguassu, aqueles que aconteceram de 2018 a 2022. Felizmente, temos os trabalhos disponíveis e reunidos numa única página online. Contudo, a única busca possível é por título e autoria. Equivalemos a mesma busca de palavras-chave utilizada para os periódicos online. Desta forma, admira-se de termos encontrado apenas três artigos ou resumos expandidos como trabalhos submetidos neste Fórum, que tangenciam as questões aqui apresentadas.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos dados levantados pela pesquisa de hemeroteca ou mesmo a bibliométrica, especialmente os contextos de outras cidades foram devidamente destacados em relação ao estudo de caso, em paralelo possível aos acontecimentos e processos da cidade serrana fluminense de Petrópolis/RJ. Procuramos nos alinhar, desde

a escolha da cidade, que fosse possível seguir auferindo a relação morador-visitante, como apresentado nas seções anteriores deste artigo, quanto na ponderada reflexão que motiva este trabalho de que a cidade boa para o turista tem que ser boa para o morador. A tração animal, no Brasil e no mundo, precisa estar mais em evidência na pauta para os turismos criativos, sustentáveis, e regenerativos até. Cabe aproveitar a crista da onda mercadológica, não se esquecendo dos fracassos em turismo cultural há muito aventados, aquele que retira ou desloca as pessoas do lugar na cidade, pois há que se ter espaços ocupados anualmente sem que turistas sejam os únicos nos locais onde antes se encontravam os moradores (SÁ, 2021, p. 16), e desta forma, continuamos ao apresentar os resultados da metodologia de pesquisa em jornais das notícias as mais recentes.

Não tivemos a possibilidade de mapear com acurácia quantas cidades no Brasil ainda usam as charretes, não temos estes dados reunidos pelo Ministério do Turismo, são todas decisões dentro da legislação municipal, nem regional são, e se misturam ao gradual movimento de criar condições ou norma de condução, depois de extinção apenas no perímetro urbano, e logo depois direta a influência do transporte com finalidade turística, que me parece o último a ser proibido. Além, não cabe como objetivo deste artigo um mapeamento minucioso da questão, apenas casos temporalmente em paralelo.

Podemos, contudo, começar por um caso simples do município de Alvorada/RS e outras cidades do sul do Brasil, que, logo após Petrópolis, e apesar de pressões sociais em defesa dos animais pela apresentação de diversos projetos de lei por vereadores, tentam regulamentar quem pode ser conduzido pela tração animal, ou restrição de apenas circularem no perímetro rural, proibição do uso de tração animal traria desemprego e falta de renda a quem usa carroças. Após a denúncia do Ministério Público que denunciou os maus tratos aos cavalos, a situação foi única e exclusivamente uma decisão da justiça. Então, nada comparado com o plebiscito público popular petropolitano, Aparecida/SP proíbe o uso de tração animal, com o aviso de extinção gradual de um ano, quando o prefeito estuda junto aos charreteiros uma nova forma de fonte de renda e planejaram o uso de tuk tuks, mas não temos informações se foram implementados.

Outras cidades, como em Poços de Caldas/MG, também implementam a extinção anunciada de forma gradual, mas optam pelo estudo de carruagens elétricas, por serem mais parecidas, em termos de experiência, que os próprios charreteiros conduziriam futuramente (PMPC, 2021). Em Guaíba/RS, institui-se de forma organizada uma Política Municipal de Utilização Sustentável dos Veículos de Tração Animal para a redução



gradativa do uso de tração animal no município (LM, 2021). Assim também em Gravataí/RS, acrescido de programa de inserção social dos condutores, que estabelece em dois anos o prazo para cadastramento dos condutores com direcionamento à inserção no mercado de trabalho (CMG, 2021), diferente de Petrópolis/RJ nos dois aspectos.

Na justificativa do projeto de Gravataí, a vereadora se refere a “cavalos sendo utilizados de maneiras totalmente inapropriadas, sem alimentação adequada, sem água, sem cuidados veterinários necessários e sendo maltratados com chicotes, causando-lhes dor e sofrimento”, sendo que “muitos animais são levados ao esforço físico que lhes causam a morte” (CMG, 2021). Contudo, na cidade serrana fluminense, nosso estudo de caso, sabemos que apesar da condenação do charreteiro em 2013, os cavalos eram constantemente monitorados e passavam por exames regulares veterinários (PORTUGAL, 2023).

Em São Lourenço/SP temos um bom exemplo de como um prévio acordo entre o governo municipal e os charreteiros resulta na extinção da tração animal, sem prejudicar os condutores (GARCIA, 2018). O uso de charretes com tração animal foi proibido em 2022 por um acordo direto entre a prefeitura e os charreteiros, com previsão de indenização de 30 mil reais ou um tuk tuk. Segundo a matéria, 30 charreteiros aceitaram o tuk tuk, e os outros acharam que o valor da indenização era muito pouco (GARCIA, 2018), sem sabermos ao certo como terminou esse acordo. Para exemplificar mais uma vez a diversidade que encontramos ao pesquisar sobre o assunto, em Esteio/RS, o uso de veículos com tração animal foi proibido sem qualquer substituição por outro tipo de transporte, tendo persistido carroças comuns que não turísticas de forma gradual até o ano de 2021, quando a proibição é total (PE, 2021). No entanto, esta cidade se destaca por matéria da própria prefeitura pela implementação do Programa de Redução Gradativa do Número de Veículos de Tração Animal no município de Esteio, que visa auxiliar as famílias que dependiam dos veículos de tração animal através de um projeto social, no qual “uma das principais medidas é a distribuição do auxílio financeiro de R\$ 4,4 mil para que os carroceiros possam viabilizar a substituição de sua fonte de renda, ficando orçado o investimento total em torno de R\$ 272 mil (PE, 2021).

Quando decretado o fim da tração animal nas charretes em Petrópolis, menciona-se um cadastro, por parte da Secretaria de Assistência Social, das 15 famílias, ou 48 pessoas, que faziam parte do grupo de condutores, ponderando que cada caso estaria sendo estudado individualmente para que sejam apresentadas soluções de empregabilidade de

acordo com cada cenário, além do estudo progressivo que escolheria outro veículo turístico sem a utilização de animais (PMP, 2019). Segundo esta nota, no site oficial do município, um grupo de trabalho específico estaria discutindo as questões de bem-estar animal e de turismo: “é preciso explorar o potencial da cidade da melhor maneira possível, respeitando o resultado e o desejo da população”. (PMP, 2019).

Para apurar estas informações, com a finalidade da metodologia sistêmica com base na observação participante aos acontecimentos da cidade, resolvemos retomar contato e formalmente quatro moradoras que participaram ativamente da campanha do plebiscito à época: a veterinária Rosana Portugal, responsável à época pelo Núcleo de Bem Estar Animal da prefeitura municipal de Petrópolis/RJ, que atuava não apenas com os cavalos das vitórias, mas com resgate e cuidados de outros animais; a historiadora Vera Abad, associada do Instituto Histórico de Petrópolis; a turismóloga Raquel Neves, desde então da Associação de Guias do Turismo; e a agora condutora do trenzinho turístico Cibele Raposo, que antes transportava a vitória do pai, quando ele se aposenta, e hoje ajuda o irmão Adalberto.

Cibele e Adalberto representam a tradição familiar outrora da família dos Vasconcelos, que nas décadas anteriores tinham carruagens ornadas para casamentos na cidade, sendo os dois integrantes das trezes famílias que ainda mantém ativa a associação de condutores, e estão em contato direto com vereadores que apoiam a causa deles ou por indenização ou ajuda de custo em reorganizarem alternativa de meio de transporte turístico para o circuito do Centro Histórico (RAPOSO, 2023). Tomam como reforço, o argumento dos historiadores à época. Quando a pesquisadora do Instituto Histórico de Petrópolis Vera Abad divulgou outrora seu parecer, procurou ponderar sobre a manutenção ou não das charretes em Petrópolis, em cima dos argumentos de relatório da comissão da OAB local a favor da extinção:

Foi a própria estreiteza das mentes voltadas para a exploração do turismo em Petrópolis que delimitou um “centro histórico”. Petrópolis é toda histórica. O desrespeito pelo calçamento da cidade que faz estragos em carros e pernas humanas só deve ser levado em consideração quando afetam os cavalos das charretes despertando protestos dos preocupados com os animais? E os humanos não contam? Os que fazem disto seu ganha-pão, não contam? (...) O circuito “centro histórico”, determinado como de apelo turístico, exclui o museu do colono, por ser fora de mão, a antiga fábrica da Bohemia, a igreja do Sagrado Coração, todos os casarões da antiga rua Piabanha, nomeada pelo seu rio, a casa do barão de Mauá...os quarteirões. Tudo isto poderia ser avistado em ônibus de pequeno porte e abertos como se faz em Bath, por exemplo. As charretes ficariam restritas a um circuito menor, mas tudo seria visitado. (ABAD, 2018, p. 2).

Hoje, Raquel Neves, membro da Associação de Guias de Turismo de Petrópolis, argumenta que foi contra a extinção, apesar de estarem os guias divididos entre aqueles contra e a favor, ainda hoje, e que para o serviço turístico seria uma lastimável perda pela diversidade ofertada (NEVES, 2023). Neves lembra que chegaram a ter duas carruagens elétricas circulando, interrompidas por estarem sem licenciamento, que nunca deram conta de substituir as treze vitórias que estavam ativas, e que os três trenzinhos nada são atrativos, e que, sim, os turistas que recepciona ainda perguntam das charretes (NEVES, 2023).

Enumeramos a seguir ponderações que aparecem nos dados levantados, seja nas matérias de jornal local, seja nas entrevistas a especialistas no tema, envolvidos no conflito decisório. A Consulta Popular representa um mecanismo de democracia participativa por meio do qual a população escolhe e vota em projetos prioritários definidos pelos conselhos municipais para a cidade, contudo, para o caso de extinção da tração animal turística em Petrópolis/RJ:

a) a consulta pública foi votada como decisória pela população não usuária do transporte, ao invés dos turistas, os moradores que andavam de vitórias na própria cidade;

b) a consulta só foi necessária, pois o conflito de grupos ligados ao turismo ou à memória identitária da cidade não se resolveu entre si, então colocaram a cargo de ser decidido pela população;

c) a consulta foi realizada de pronto, em cima das eleições a falta de informação direta à população era generalizada, e agravada com a formulação indireta da pergunta na urna: deveriam responder em número 1 para manutenção, ou 2 para a extinção. Filas quilométricas foram registradas, pois sabiam os números para votar nos candidatos, e até poderiam saber das charretes, mas como se não há boca de urna e ninguém poderia lhes explicar na zona eleitoral;

d) o resultado da consulta, efetivamente interrompeu um meio de transporte histórico, de uso cotidiano, em cerimoniais e turístico, sem um planejamento de um centro de memória ou registro acurado do serviço;

e) não integrou a consulta pública consideração pela indenização ou cautela econômica com relação às famílias de condutores das vitórias, os charreteiros, nem acerca de substituição ou não por outros veículos turísticos na cidade.

Cabe retomar aqui as questões teóricas do artigo de como a História Pública exalta que as tensões sociais são originárias de experiências de passado a estes moradores e que a estes se referenciam a memória coletiva e o espaço cotidiano acolhedor, e não só a experiência turística. Conflitos sempre vamos presenciar, mas a maturidade das decisões na área do Turismo precisa ser mais inclusiva, equilibrada e madura, sem dissonância habitante-visitante, contudo também com prazos largos e reflexão coletiva de formas mais criativas em resposta à sustentabilidade, pela ética animal no Turismo.

## **IMPLICAÇÕES PRÁTICAS E/OU TEÓRICAS**

Por neste ano, o Fórum Internacional de Turismo do Iguassu nos instigar academicamente a refletir sobre o tema Turismo Cultural e Marketing Criativo, quando experienciamos na cidade, em torno de reflexões acadêmicas no curso de Gestão em Turismo, a irresolução por plebiscito do atrativo de meio turístico, já que não temos ainda substituto, nem atendemos ao registro memorialístico, nem aos próprios condutores que continuam com a associação para manter ativo o CNPJ, nesta seção, nos valem da metodologia do levantamento bibliométrico apresentada acima, com a finalidade de organizar melhor as contribuições práticas e/ou teóricas que os resultados desta pesquisa pode suscitar. Aqui, seria o melhor fórum de transmissão do conhecimento sobre a dinâmica do processo em Petrópolis, válido na comparação com as demais cidades, sendo produzido a demanda para as instituições, as organizações e sociedade em geral.

Organizadamente, abrimos os cinco últimos anais deste Fórum Internacional de Turismo do Iguassu, de 2018 a 2022, e fizemos a consulta pelas palavras-chaves da metodologia em cada um deles. Dos três trabalhos submetidos e aprovados para serem apresentados neste Fórum, os que aparecem na pesquisa bibliométrica e que foram aqui destacados, refletem sobre Turismo Sustentável e Transporte Recreativo, sobre a ética Animal no Turismo e sobre o uso de podcast como ferramenta de disseminação do conhecimento sobre transportes e turismo, este realizado durante a pandemia.

Do primeiro, em 2020, intitulado Turismo Sustentável e Roteiro Turístico de Transporte Recreativo no Litoral Sul Paraibano, destacamos um parágrafo que coaduna com nossas asserções sobre o estudo de caso de Petrópolis:

O desenvolvimento turístico feito sem planejamento pode levar rapidamente ao esgotamento dos recursos naturais, a descaracterização do patrimônio cultural e em consequência a diminuição drástica da demanda turística. O turismo é uma atividade que tanto pode vir a induzir como depender do desenvolvimento sustentável. E a sustentabilidade do turismo pode ser entendida de maneira abrangente, mas sempre tendo como foco a preservação dos recursos naturais, da cultura e da comunidade receptora. (MENDES, 2020, p. 3-4)

A principal implicação prática que se tem da questão da tração animal no turismo que se quer sustentável e criativo, sem perder a essência cultural dos hábitos e costumes do lugar é que precisamos de planejamento, de organização junto à sociedade, de reflexões mais coletivas e que perpassem, de novo puxando a História Pública pra debate, que não se restrinjam aos meios acadêmicos ou que este de fato apoie as equipes técnicas das prefeituras com projetos e alternativas, ou estudos de caso de viabilidade.

O segundo trabalho experimenta o uso de podcast como ferramenta de disseminação do conhecimento sobre transportes e turismo, como recurso de fazer pesquisa em plena pandemia, um momento em si de muita inventividade nas jogadas de marketing, talvez ainda não aprendidas ou não consolidadas em nossas práticas. Como assertiva nos trazem que:

Os discentes e docente que ouviram os podcasts fizeram suas análises e avaliações no *padlet* em três categorias: palavras, sensações/sentimento e impressões sobre cada podcast. Dentre palavras e sensações registrados estiveram: aprendizado, nostalgia, acessibilidade, viagem, conhecimento, história, inspiração, turismo, experiência, segurança, dentre outras que traduziram a experiência vivenciada pelos ouvintes dos podcasts. (MAMEDE, 2021, p. 4)

Todas palavras significativas também para a questão da tração turística animal, embora não apresentar este trabalho tanta tangência com a pesquisa deste artigo. Contudo, o inverso acontece com o terceiro que trata diretamente de preciosa contribuição necessária e prática para o tema aqui abordado.

Turismo envolvendo Animais à Luz da Ética Animal perpassa cotejando diversas leituras, muitas delas jurídicas, e em língua estrangeira, corroborando que este tema ainda tem debate muito superficial no cenário nacional, e para quem “a prática turística é uma das principais maneiras pelas quais as pessoas podem entrar em contato com uma vasta gama de animais” (CORBARI, 2022, p. 6). Corbari (2022) fundamenta que há evidências de que os animais são de grande importância para o turismo em todo o planeta, e que os níveis de

interação com os visitantes variam, dos quais os animais de carga ou tração estariam numa escala intermediária entre mais e menos ética animal, e que até animais domésticos podem sofrer com o impacto da atividade turística. Este trabalho nos impulsiona a que mais pesquisas sejam realizadas, o tema tem implicações diretas não só práticas, mas teóricas para as cidades turísticas, para os museus que têm animais, para o impacto diário do turismo de base comunitária, por exemplo, que também se evidencia em Petrópolis.

Tem-se a máxima de que “o perfil do turista criativo é constituído por turistas que pretendam contactar e aprender mais sobre aspectos específicos da cultura da comunidade que estão a visitar, ao expressar e desenvolver as suas capacidades criativas através da participação e interação ativa com a comunidade local” (SOUSA, 2019, p. 66), então se mesmo com conflito social fomos ao plebiscito nas urnas, podemos a qualquer momento repensar a perda do transporte das vitórias para a cultura e identidade locais, contanto que de forma criativa e inclusiva dos moradores no cenário de decisões.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inusitada consulta pública em Petrópolis/RJ pela resolução por parte dos moradores da manutenção ou não da tração animal turística na cidade, deu-se por tensões sociais em grupos todos eles fortes o suficiente nos argumentos contrários que não conseguiram resolver entre si. Tivemos limitações relativas à estratégia de pesquisa adotada com a seleção de quais cidades trazer para um perfil brasileiro paralelo que mensurasse o que aconteceu de positivo e negativo no estudo de caso de Petrópolis. No entanto, tem-se que este processo de extinção da tração animal turística está acontecendo paulatinamente em quase todos os municípios, especialmente no sudeste e sul do país, o que reforça que temas como este deveriam estar sendo discutidos com mais efusão em fóruns de turismo para amadurecimento das escolhas e posicionamentos da comunidade, em prol de um serviço de qualidade, inclusivo, criativo e sustentável e não de uma total extinção. Registra-se, em paralelo, uma implicação prática aventada pelo artigo, a de que a memória dos charreteiros no Brasil não está sendo devidamente registrada, como comum meio de transporte cotidiano, que abre possibilidade para novas pesquisas que se predisponham a realizar este inventário. Os cinco anos decorrentes do plebiscito mostram

que as polêmicas não foram resolvidas e que a qualquer momento, podemos repensar em tudo que foi considerado acima.

## REFERÊNCIAS

ABAD, V. **Parecer sobre a manutenção ou não das charretes em Petrópolis**. Petrópolis, palestra Instituto Histórico de Petrópolis (*paper* apresentado em sessão ordinária), agosto de 2018.

CÂMARA MUNICIPAL DE GRAVATAÍ. **Câmara aprova redução gradativa dos veículos de tração animal**. Gravataí/RS, 04/11/21. Disponível em: <https://www.cmgravatai.rs.gov.br/noticia/camara-aprova-reducao-gradativa-dos-veiculos-de-tracao-animal-6477> Acesso em: fevereiro de 2023.

CORBARI, S. Turismo envolvendo Animais à luz da Ética Animal. **Anais do 16º Fórum Internacional de Turismo do Iguassu**. 16ª edição / 2022. Disponível em: <https://www.sisapeventos.com.br/staff/app/files/submissions/40/2731-10553-53.pdf>. Acessado em: março de 2023.

FRISCH, M. A história pública não é uma via de mão única ou De a Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa. In: MAUAD, A. M., ALMEIDA, J. e SANTHIAGO, R. (Orgs.) **História pública no Brasil – sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

GARCIA, L. São Lourenço: fim das charretes tem impasse entre prefeitura e condutores. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 07/08/22. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/08/07/interna\\_gerais,1385171/amp.html](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/08/07/interna_gerais,1385171/amp.html). Acesso em: fevereiro de 2023.

GASTAL, S. Lugar da memória: por uma nova aproximação teórica ao patrimônio local. In: GASTAL, Susana (org.) **Turismo: investigação e crítica**. São Paulo: Contexto, 2002.

\_\_\_\_\_. Imagem, Paisagem e Turismo: a construção do olhar romântico. **Pasos**. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, 11 Nº 3. Special Issue. Julio 2013.

LEIS MUNICIPAIS. **Lei nº 4.067, de 12 de novembro de 2021, institui a Política Municipal de Utilização Sustentável dos Veículos de Tração Animal - VTA e redução gradativa do uso e dá outras providências**. Guaíba, 12/11/2021. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/g/guaiba/lei-ordinaria/2021/407/4067/lei-ordinaria-n-4067-2021-institui-a-politica-municipal-de-utilizacao-sustentavel-dos-veiculos-de-tracao->

animal-vta-e-reducao-gradativa-do-uso-e-da-outras-providencias?q=Lei+Org%C3%A2nica  
Acesso em: fevereiro de 2023.

MAMEDE, S.; SÁ, A.; PERES, F.; TAVARES, L.; Santos, S.; SILVA, Y. O uso de podcast como ferramenta de disseminação do conhecimento sobre transportes e turismo. **Anais do 15º Fórum Internacional de Turismo do Iguaçu**. 15ª edição / 2021. Disponível em: <https://www.sisapeventos.com.br/deangeli/wiew/inscription/submission/files/4/508-2222-7.pdf>. Acesso em: março de 2023.

MAUAD, A. M. e ALMEIDA, J. (org.) **História pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MELO, A., CARDOZO, P.F. Patrimônio, Turismo Cultural e Educação Patrimonial. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, nº. 133, p. 1059-1075, out.-dez., 2015.

MENASCE, M. Cavalos deixam de puxar as charretes na Ilha de Paquetá. **O Globo**. Rio de Janeiro, 19/05/2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/cavalos-deixam-de-puxar-as-charretes-na-ilha-de-paqueta-19334235>. Acesso em: fevereiro de 2023.

MENDES, F.; SANTOS, F.; CAVALCANTE, C.; SILVA, B.; VIANNA NETO, C. Turismo Sustentável e Roteiro Turístico de Transporte Recreativo no Litoral Sul Paraibano. **Anais do 14º Fórum Internacional de Turismo do Iguaçu**. 14ª edição / 2020. Disponível em: <https://www.sisapeventos.com.br/deangeli/wiew/inscription/submission/files/3/313-1843-5.pdf>. Acesso em: março de 2023.

MILITO, M.; SILVA, V. H.; NÓBREGA, W. Dissonância do turismo: por um (des)encontro habitante-visitante. **Caderno Virtual de Turismo**, 2019, 19(3).

NEVES, R. **Entrevista I**. [abr. 2023]. Entrevistador: P. Lima. Petrópolis, 2023. (por WhatsApp em texto e chamada de vídeo)

PINTO, C.; LIMA, P. No Batuque das Águas do Caxambu: extensão em diálogo. **Anais da 16ª edição do Fórum Internacional de Turismo do Iguaçu**, on-line, 2022, p.1-19. Disponível em: <https://www.sisapeventos.com.br/staff/app/files/submissions/40/2777-10464-53.pdf> Acesso em: março de 2023.

PORTUGAL, S. **Entrevista I**. [mar. 2023]. Entrevistador: P. Lima. Petrópolis, 2023. (por WhatsApp em texto e chamada de vídeo)

PREFEITURA DE ESTEIO. **Está proibida a circulação de veículos de tração animal em Esteio**. Esteio/RS, 01/11/2021. Disponível em:

<https://www.esteio.rs.gov.br/noticia/19530/1057?titulo=Est%C3%A1+proibida+a+circula%C3%A7%C3%A3o+de+ve%C3%ADculos+de+tra%C3%A7%C3%A3o+animal+em+Esteio>  
Acesso em: março de 2023.

\_\_\_\_\_. **Ex-condutoras de carroça se transformam em empreendedoras.** Esteio/RS, 09/11/2021. Disponível em: <https://www.esteio.rs.gov.br/noticia/19561/1057?titulo=Ex-condutoras+de+carro%C3%A7a+se+transformam+em+empreendedoras> Acesso em: março de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS. Curral de apreensão da Guarda começa a ser reformado nesta segunda-feira. **Petrópolis Prefeitura.** Petrópolis, 10/02/2014. Disponível em: <https://www.petropolis.rj.gov.br/pmp/index.php/imprensa/noticias-2/item/1883-curral-de-apreens%C3%A3o-da-guarda-come%C3%A7a-a-ser-reformado-nesta-segunda-feira.html>. Acesso em: abril de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS. Prefeitura decreta o fim da tração animal nas charretes em Petrópolis. **Petrópolis Prefeitura.** Petrópolis, 29/03/2019. Disponível em: <https://www.petropolis.rj.gov.br/pmp/index.php/imprensa/noticias/item/12612-prefeitura-decreta-o-fim-da-tra%C3%A7%C3%A3o-animal-nas-charretes-em-petr%C3%B3polis.html> Acesso em: março de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇOS DE CALDAS. Charretes | **Prefeito estipula prazo para fim do serviço de tração animal em Poços de Caldas/MG.** Portal da prefeitura. Poços de Caldas, 06/12/21. Disponível em: <https://pocosdecaldas.mg.gov.br/noticias/charretes-prefeito-estipula-prazo-para-fim-do-servico-de-tracao-animal-em-pocos-de-caldas/> Acesso em: fevereiro de 2023.

RAPOSO, C. **Entrevista I.** [mar. 2023]. Entrevistador: P. Lima. Petrópolis, 2023. (por WhatsApp em texto e chamada de vídeo)

RÜSEN, J. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 2, n. 2, p. 163–209, 2009.

SÁ, F.; VIEIRA, J., KUKUL, V.; SANTOS, J. Dr<sup>a</sup> Susana Gastal Turismo, Cidade e Cultura sob a Pós-Modernidade. **Rosa dos Ventos**, vol. 13, Esp., pp. 1-18, 2021.

SOARES, F. Antigo charreteiro é condenado por maus-tratos em Petrópolis, no RJ. **G1 Região Serrana InterTV.** Rio de Janeiro, 26/08/2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2014/08/antigo-charreteiro-e-condenado-por-maus-tratos-em-petropolis-no-rj.html>. Acesso em: fevereiro de 2023.

SOU PETRÓPOLIS. Entenda todos os lados da polêmica das charretes em Petrópolis e saiba como votar no plebiscito. **Sou Petrópolis**. Petrópolis, 24/09/2018. Disponível em: <https://soupetropolis.com/2018/09/24/entenda-todos-os-lados-da-polemica-das-charretes-em-petropolis-e-saiba-como-votar-no-plebiscito/>. Acesso em: janeiro de 2023.

SOUSA, B. et alii Criatividade no turismo e envolvimento do visitante: o estudo de caso de Loulé (Portugal). **Revista Iberoamericana de Turismo- RITUR**, Penedo, Volume 9, Número 1, jun. 2019, p. 62-77.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO. **Resolução nº 1044/2018**. Disponível em: <https://www.tre-rj.jus.br>. Acesso em: janeiro de 2023.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **TSE homologa resultado de plebiscito sobre uso de charretes em Petrópolis (RJ)**. Brasília, 26/02/2019. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2019/Fevereiro/tse-homologa-resultado-de-plebiscito-que-aprovou-rejeicao-do-uso-de-charretes-nos-passeios-turisticos-em-petropolis-rj> Acesso em: março de 2023.

ULHÔA, I. e DIAS, K. Cidade, cultura e turismo: para além do entretenimento. **Cad. de Pesq. Interdisc. em Ci-s. Hum-s.**, Florianópolis, v.12, n.101, ago/dez 2011.

ZANATTA, E.; OSÓRIO, E.; SÁ, I. **Conservação e restauração: berlinda de aparato do imperador D. Pedro II**. Petrópolis: MinC, IBRAM, Museu Imperial, 2013.

## AGRADECIMENTOS

Este artigo foi desenvolvido como parte do projeto de pesquisa “Petrópolis pela imigração: turismo, memória e história pública” com a aluna bolsista do ensino médio integrado ao técnico em Telecomunicações do Cefet/RJ UnEd Petrópolis, Brenda Giovanna Correa da Costa Mathias, a quem agradeço a cuidadosa dedicação. Dedico a meus confrades de Instituto Histórico de Petrópolis, dos quais respeito profundamente o posicionamento pelo saudosismo das charretes nas ruas da cidade. Especialmente, grata menciono a excelente pesquisa da professora Sandra Corbari, que me mobilizou na mesa do Fórum de 2022 a refletir sobre este tema.